



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resolução Nº 01 de 08 de abril de 2021.

Fixa normas de funcionamento para as Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de Congo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONGO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Federal Nº 9394/96 e a Lei Municipal Nº 27/2006 e a deliberação do Plenário do CME.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, sob jurisdição do Conselho Municipal de Educação – CME de Congo obedecerão às disposições da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, às normas federais dela decorrentes e BNCC, no que couber, à legislação complementar baixada por este Colegiado para o Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º As normas estabelecidas pelo CME continuam vigentes, em tudo o que não contrariarem a Lei 9.394/96.

Parágrafo único. Até ulterior deliberação, continuam em vigor, com exceção daquilo que colidir com a legislação atual, com as normas do Sistema Municipal de Ensino e com as disposições da presente Resolução, os Regimentos Escolares, as Propostas Pedagógicas, a Matriz Curricular e Calendário Escolar aprovados pelo CME.

Da Educação Infantil

Do Direito, Dos Princípios E Fins Da Educação Infantil.

Art. 3º A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 05 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 4º A Educação Infantil, ofertada em Creches/Escolas de Educação Infantil -q da rede pública ou privada, considerando a definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”, tem como objetivo assegurar 06 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que elas tenham condições de aprender e se desenvolver sempre tomando as interações e brincadeiras como eixos estruturantes e reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários:

I- Para crianças de até três anos de idade, em Creches/ou entidades equivalentes;

II- Para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade (Pré-Escola);

III- O período de atendimento é diurno, podendo ser jornada integral ou parcial, regulado e supervisionado pelos órgãos competentes do Sistema Municipal de Ensino de Congo.

IV- As Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Congo, por meio de ações compartilhadas entre Educação, Saúde e Assistência Social, devem garantir o atendimento educacional especializado gratuito às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 5º A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I- Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho educativo;

II- Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas,

III- Atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas diárias para jornada integral;

IV- Controle de frequência pela instituição de Educação Pré- Escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas, sem objetivo de promoção;

V- Expedição de documentação pedagógica que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Este documento deverá apresentar as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiência, como elementos balizadores e indicadores dos objetivos alcançados pelas crianças, explorados ao longo de todo o segmento da Educação Infantil, para que sejam ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental. O referido instrumento não é condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 6º Compete às Instituições de Educação Infantil elaborar e executar seu Projeto Político Pedagógico - PPP, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Referencial Curricular para Educação Infantil, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC, a LDB e a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Congo que fixa normas para a elaboração do PPP das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município de Congo.

Art. 7º. As Instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

DO DIREITO, DOS PRINCÍPIOS E FINS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 8º O Ensino Fundamental, segunda etapa da educação básica, é um direito público e de oferta obrigatória a todos, gratuito na escola pública, tendo como objetivo a formação básica do cidadão.

Art. 9º O Ensino Fundamental, com nove anos de duração e início aos seis anos de idade, tem por objetivo:

I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, utilizando-se de diferentes fontes de informações e diversas linguagens – verbal, matemática, gráfica, artística, corporal e virtual como meio de produção, expressão, comunicação de ideias e interação entre os sujeitos;

II- A ampliação dos conhecimentos lógico-matemáticos identificados como meios para compreender e transformar o mundo a partir da resolução de situações problema;

III- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta uma sociedade pluriétnica e pluricultural que promova a inclusão, a solidariedade e a justiça social;

IV- A identificação das relações existentes entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida na atualidade e em sua evolução histórica;

V- O fortalecimento dos vínculos sociais e culturais, dos princípios de solidariedade humana, de respeito e valorização à diversidade;

VI- Garantir a democratização do acesso, a permanência e o sucesso escolar,

VII- Atender ao aluno com Transtorno do Espectro Autista ou outras deficiências que comprove a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a unidade de ensino em que o aluno (a) estiver matriculado (a), solicitando a Secretaria Municipal de Educação o acompanhante especializado conforme estabelece o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, combinado com o §2º do Art. 4º do Decreto Nº 8.368, de 02 de Dezembro de 2014;

VIII- Desenvolver a ação pedagógica de alfabetização no 1º e 2º ano dos Anos Iniciais, de acordo com Base Nacional Curricular Comum – BNCC;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

Art. 10º A organização do Ensino Fundamental deve propiciar uma ação pedagógica que efetive a inclusão e a aprendizagem de todos os estudantes através da estruturação por séries.

Art. 11º O currículo escolar, processo dinâmico de ação-reflexão- ação, fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e na Base Nacional Curricular Comum – BNCC, deve ser estruturado de forma que contribua para os alunos desenvolverem as dez competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, que pretendem assegurar como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Art.12º A BNCC e o Currículo têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica. Considerando a autonomia dos sistemas e redes de ensino, as decisões que caracterizam o currículo em ação, vão adequar às proposições da BNCC a realidade local. Essas decisões resultam de um processo de envolvimento e participação da comunidade refere-se, entre outras ações, a:

I- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;

II- Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

III- Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, quando necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;

IV- Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;

V- Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;

VI- Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;

VII- Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;

VIII- Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino.

IX- Na organização curricular devem ser consideradas propostas adequadas às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

X- Deve ser incorporado ao Currículo e ao Projeto Político Pedagógico PPP a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº

9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2019), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada;

XI- Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao estudante, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular, de oferta obrigatória nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando-se respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, obedecendo a outros dispositivos da Lei nº 9.475, de 22.7.1997.

Art. 13º O Projeto Político-Pedagógico deve observar as seguintes diretrizes norteadoras:

I- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

II- Princípios dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III- Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Art. 14º O Projeto Político-Pedagógico, ao explicitar a identidade da Instituição de Ensino, deve expressar o reconhecimento das identidades dos alunos, dos trabalhadores em educação, dos pais e dos demais participantes da comunidade, abrangendo.

Art. 15º O Regimento Escolar e as Bases Curriculares devem fundamentar as definições expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola conforme regulamentado em resolução própria.

I- O convívio dos educandos, dos profissionais de educação e da comunidade num ambiente amplo, humanizado, considerando os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e adequação funcional necessária para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico e organizado em bases sustentáveis no território em que a escola esteja inserida, possibilitando aprendizagens fundamentadas na cooperação e na autonomia dos sujeitos;

II- Áreas verdes, com sombreamento, bancos, praças de brinquedos, constituindo-se em espaços de convivência adequados à faixa etária dos alunos;

III- Condições de higiene, aeração, iluminação e segurança em todos os espaços, conforme legislações vigentes;

IV- Mobiliário adequado às atividades pedagógicas de tamanho proporcional à faixa etária e suficiente ao número de alunos;

V- Equipamentos que propiciem a prática de uma gestão ambiental voltada para a sustentabilidade;

VI- Recursos audiovisuais que possibilitem a utilização das tecnologias educacionais.

DA AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Art. 16º O funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, oferecidos pelas Unidades de Ensino oficiais e privadas do Sistema Municipal de Ensino, depende de autorização e posterior reconhecimento pelo Conselho Municipal de Educação - CME, nos termos da presente Resolução.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

Parágrafo único. Poderão receber autorização para funcionamento ou reconhecimento, conforme o caso, os cursos que funcionarem em estabelecimentos que demonstrarem possuir as condições físicas e pedagógicas exigidas para a oferta do ensino proposto.

DO RECONHECIMENTO

Art. 17º Reconhecimento é o ato através do qual o Conselho Municipal de Educação confirma a autorização para funcionamento dos cursos de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. Excepcionalmente, atendendo proposta fundamentada do relator, o CME poderá conceder reconhecimento de cursos, por prazo inferior a 06 (seis) anos, ministrados em estabelecimentos que, embora não atendendo a todas as condições exigidas, apresentem deficiências passíveis de correção em espaço de tempo determinado pelo Conselho.

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 18º Os pedidos de autorização deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I- Requerimento firmado pelo proprietário do estabelecimento ou seu representante legal devidamente habilitado, acompanhado de documento comprobatório de identificação;

II- Fotocópia do documento que contém o ato constitutivo da entidade mantenedora, ou sociedade de prestação de serviços, ou firma individual, devidamente registrado no órgão competente;

III- Termo de responsabilidade, firmado pelo proprietário do estabelecimento, ou seu representante legal devidamente habilitado, registrado em Cartório de Títulos e Documentos, referente à capacidade financeira para manutenção do estabelecimento de ensino e dos cursos a serem oferecidos;

IV- Termo de responsabilidade, firmado pelo proprietário do estabelecimento, ou seu representante legal devidamente habilitado, registrado em Cartório de Títulos e Documentos, referente às condições de segurança, de higiene e à definição de uso do imóvel;

V- Planta baixa do imóvel, firmada pelo proprietário do estabelecimento ou seu representante legal devidamente habilitado, demonstrando a adequação das instalações físicas aos cursos a serem oferecidos;

VI- Laudo técnico emitido por profissional habilitado para tal fim, atestando as condições de segurança do imóvel;

VII- Descrição das instalações físicas, referentes ao número de salas de aula e respectivas áreas, laboratórios, biblioteca, pátios, ginásio, sanitários e outras condições de infraestrutura;

VIII- Prova de condições legais de ocupação do imóvel, através de certidão de posse, termo de cessão, contrato de locação ou documento equivalente;

IX- Listagem dos equipamentos e do material didático indispensável e adequado ao funcionamento unidade de ensino e, compatíveis com o curso oferecido;

X- Duas vias do projeto do Regimento Escolar, elaborado à luz da legislação em vigor, contendo os dados de identificação, organização administrativo/pedagógica e regime disciplinar;

XI- Matrizes curriculares dos cursos a serem oferecidos, anexadas ao projeto do Regimento Escolar;

XII- Ementário das disciplinas;

XIII- Projeto Político Pedagógico elaborado de acordo com os

artigos 12 e 13 da Lei nº 9.394/96, e com as orientações do CME;

XIV- Relação nominal do corpo docente, acompanhada da comprovação da habilitação de cada professor para o exercício do magistério, mediante a apresentação de fotocópia do diploma de habilitação específica, atendendo ao disposto do Art. 62 da LDB

§ 1º Em relação ao que dispõem os incisos IV e V deste artigo, deverão ser observados os parâmetros pertinentes a construções destinadas a escolas da educação básica, conforme o disposto no artigo 19 desta Resolução.

§ 2º Depois de aprovado o texto do Regimento Escolar, este será rubricado pelo Conselheiro relator, carimbado pelo Presidente do CME e encaminhado ao estabelecimento de ensino

Art. 19º O pedido de reconhecimento, ou de sua renovação, deverá ser instruído com os documentos referidos nos incisos I, VIII, IX, XIII, XIV, XV, e XVI deste artigo, além da cópia da Resolução que autorizou o funcionamento do curso.

Parágrafo único. Na hipótese de reforma do imóvel, deverá ser encaminhada planta baixa atualizada.

DOS PARÂMETROS RELATIVOS AOS ESPAÇOS FÍSICOS

Art. 20º Os estabelecimentos que solicitarem autorização para funcionamento ou reconhecimento de cursos deverão observar os seguintes parâmetros em relação ao espaço físico:

I- Área útil, por aluno, em cada sala de aula, de 1,20 m2 nas escolas; II- Para as salas de referência nas Creches, salas da Pré

– Escola a área útil por criança é de 1,30m2;

III- Área útil de recreação de 04 m2, por aluno;

IV- Condições favoráveis de iluminação natural e artificial, de arejamento e hidro sanitárias;

V- Quantidade de sanitários destinados discentes e corpo docente:

a) 01 (um) para cada grupo de até 30 (trinta) discentes, por sexo;

b) 01 (um) para o pessoal docente e administrativo; por sexo;

c) As instalações sanitárias completas devem contar com a quantidade suficiente para o atendimento dos grupos citados nas alíneas a e b deste inciso, estando adequado às faixas etárias de cada grupo. Ao menos 01 (uma) dessas instalações sanitárias deverá estar acessível conforme as Normas da ABNT;

VI- Nas Creches, os banheiros devem estar próximos às salas referência;

VII- Direção e Secretaria, em local de fácil acesso, contando com privacidade e segurança para a realização dos trabalhos de gestão e de escrituração e arquivo escolar;

VIII- Biblioteca, com aeração, iluminação natural e artificial apropriadas, acervo atualizado e adequado às etapas e às modalidades de ensino, cuja estrutura comporte a maior turma da unidade de ensino;

IX- As unidades de ensino devem contar com sala para:

a) Supervisão Escolar;

b) Ambiente Informatizado;

c) Professores;

X- Para a oferta das refeições as unidades de ensino devem possuir:

a) Cozinha com equipamentos e utensílios adequados à produção de refeições e conservação das mesmas;

b) Refeitório equipado com móveis e buffet adequado aos educandos;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

- c) Depósito de gêneros alimentícios;
d) Lavanderia

XI-A infraestrutura interna e externa das escolas deve garantir acessibilidade plena às pessoas com deficiências, atendendo à legislação vigente;

Parágrafo único A distribuição do contingente de alunos nas unidades de ensino obedecerá aos seguintes limites de matrícula, observando quando onde houver turmas que atendam alunos com defasagem entre idade e escolaridade ou com deficiência, um limite menor de alunos por turma:

DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS

Art.21º O processo referente a pedidos de autorização para funcionamento, de reconhecimento ou de renovação do reconhecimento somente poderá ser protocolado no CME se forem apresentados todos os documentos exigidos por esta Resolução, conforme o caso.

Art.22º Sendo considerado devidamente instruído pela Assessoria Técnica, o processo será remetido às Câmaras Específicas, para inspeção prévia e emissão do relatório.

Parágrafo único. A Inspeção Técnica de Ensino terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para cumprir as providências contidas no caput deste artigo, após o que devolverá o processo à Secretaria Executiva do CME, que o encaminhará à respectiva Câmara, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art.23º Designado o relator, este terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para emitir o seu parecer, ressalvadas as hipóteses de diligência.

Parágrafo único. A Secretária Executiva do CME tomará as providências no sentido de que o interessado receba, por via postal, o inteiro teor da diligência requerida.

Art.24º Caso o processo baixado em diligência não receba, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, por culpa da parte, a complementação ou o esclarecimento requerido, será arquivado e providenciada comunicação pela Secretaria Executiva do Conselho ao interessado.

DOS DEVERES ADICIONAIS DA UNIDADE DE ENSINO

Art.25º Os Unidade de Ensino estão, ainda, obrigados a:

I- Mencionar, em qualquer documento expedido, inclusive em carnês de mensalidade escolar, o número da Resolução referente à autorização ou ao reconhecimento;

Art. 26º O representante legal do estabelecimento de ensino, mesmo quando o curso ministrado estiver autorizado ou reconhecido, deverá dirigir-se à Presidência do CME, para:

I- Solicitar autorização, nos casos de alteração do quadro curricular, e mudança de dispositivos do regimento ou do regimento como um todo;

DA CESSAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 27º O pedido de encerramento ou cessação parcial de atividades escolares dos cursos deverá ser encaminhado ao Conselho Municipal de Educação pelo representante legal do estabelecimento.

Art. 28º Quando o encerramento das atividades de estabelecimento de ensino ocorrer por iniciativa do CME, com fundamento nas peças processuais, ouvidas as partes interessadas e respeitado o direito de ampla defesa, nos termos da legislação vigente, a Presidência do Colegiado dará conhecimento da decisão ao Ministério Público, mediante ofício, à comunidade escolar e ao público em geral, através de órgãos da imprensa.

DO FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE CURSO

Art. 29º É irregular o funcionamento do curso que inicie suas atividades sem a prévia autorização do CME ou aquele cujo prazo de autorização ou reconhecimento já tenha expirado.

Art. 30º Serão objeto de resoluções específicas do CME a autorização e o reconhecimento dos cursos de Educação Especial.

Art. 31º O CME publicará, no Diário Oficial do Município, a resolução que autoriza o funcionamento das escolas particulares.

DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 32º O calendário escolar dos estabelecimentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental terá o mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Art. 33º A administração da Rede Pública de ensino e a Unidade de Ensino da Rede Privada deverão apresentar ao CME, para apreciação, os seus calendários escolares, até trinta dias antes do início do período letivo;

Art. 34º O calendário escolar explicitará, no mínimo, os períodos letivos, os de férias e os de recesso, bem como o período de exames finais, quando houver;

Parágrafo único. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei 9394/96.

DA CARGA HORÁRIA

Art. 35º Para a Educação Básica, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental a carga horária mínima anual é de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Art. 36º O estabelecimento de ensino definirá a duração da hora- aula ou módulo-aula, desde que atendida à carga horária mínima de quatro horas diárias de efetivo trabalho escolar.

Parágrafo único. A hora-aula, respeitado o cumprimento do mínimo exigido de horas de atividades, poderá ter a duração de sessenta minutos, ou não, de acordo com o tempo definido pelo estabelecimento de ensino para atendimento às necessidades do aluno, à natureza da matéria e à metodologia do ensino.

Art. 37º Incluem-se no total de dias letivos e horas de efetivo trabalho escolar os componentes curriculares obrigatórios, bem como toda e qualquer programação curricular da instituição de ensino, com frequência exigível e efetiva orientação dos professores.

Art.38º Até a aprovação de normas complementares do CME referentes a currículos, o cumprimento do total de oitocentas horas poderá ocorrer, a critério do estabelecimento de ensino, com o aumento das cargas horárias dos diversos componentes curriculares ou com o desenvolvimento de atividades pedagógicas, com exigência de frequência e acompanhamento docente.

DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 39º A Educação de Jovens e Adultos será proporcionada àqueles que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos referentes ao Ensino Fundamental na idade própria.

Art. 40º Observadas as diretrizes da LDB quanto à idade mínima de 15 anos, para conclusão do Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, proporcionada sob a forma de cursos, reger-se-á, nos termos das atuais normas do CME, elaboradas para o Sistema Municipal de Ensino.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 41º Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 42º A oferta de Educação Especial, nos termos do artigo anterior desta Resolução tem início na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida.

Parágrafo único. Ante a peculiaridade dessa modalidade de ensino, cabe ao Conselho Municipal de Educação elaborar normas que viabilizem a sua implementação nas redes pública e particular, considerando as diretrizes dos artigos 58 a 60 da LDB.

DO ENSINO RELIGIOSO

Art.43º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das Escolas de Ensino Fundamental do Sistema de Ensino de Congo.

Parágrafo único. Em face de seu caráter facultativo, as horas reservadas para o ensino religioso não podem ser computadas entre as oitocentas horas de atividades anuais, nos termos do Parecer 12/97 do CNE.

DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Art.44º A educação física, integrada a Projeto Político Pedagógico da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – Maior de trinta anos de idade
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – Amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003)

Art. 45º A classificação no Ensino Fundamental, exceto na primeira série do Ensino Fundamental, poderá ser feita:

- I - Por promoção, para alunos que cursaram o Ensino Fundamental, com aproveitamento na série ou em outra forma de organização adotada pela escola;
- II - Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, mediante apreciação do histórico escolar, em que se registre o aproveitamento nos conteúdos da base nacional comum do currículo;
- III - por avaliação, independentemente de escolarização anterior, mediante exame de classificação, feito pela instituição de ensino, para situar o candidato na série ou em outra forma de organização adotada pela escola, adequada ao seu grau de desenvolvimento e experiência.

Art. 46º O Regimento Escolar definirá normas específicas para a avaliação.

DA DENOMINAÇÃO UTILIZADA PELA UNIDADE DE ENSINO

Art.47º Os pedidos de autorização para funcionamento, de renovação de autorização, bem como de reconhecimento de estabelecimentos da Educação Básica, ao serem instruídos, deverão apresentar sua denominação adequada à terminologia da legislação vigente, devendo os demais estabelecimentos tomar essa providência à medida que procederem à mudança de seu regimento.

DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art. 48º Os Unidades de Ensino Fundamental da rede municipal poderão organizar classes ou turmas com alunos de séries distintas e níveis equivalentes de adiantamento na matéria para componentes curriculares definidos em Programas ou Projetos.

Art. 49º As unidades escolares poderão oferecer o Ensino Fundamental através de módulos alternados, atendidas a frequência mínima e a carga horária exigida para a integralização de cada série ou período.

Art. 50º. Observados os dispositivos da Lei 9.394/96, os Unidades de Ensino poderão implantar experiências pedagógicas visando à otimização do processo de ensino-aprendizagem.

DOS REGIMES DE PROGRESSÃO

Art. 51º No Ensino Fundamental poderão ser admitidos os seguintes tipos de progressão:

- I – Progressão continuada;
- II – Progressão parcial;

§1º A progressão continuada é o procedimento utilizado pela unidade escolar que possibilita ao aluno avanços sucessivos, sem interrupções ou reprovações, nas séries, ciclos, fases, períodos semestrais, alternância regular de períodos de estudo, grupos de estudo não-seriados ou forma diversa de organização.

§2º Progressão parcial é o procedimento utilizado pela escola que permite a promoção do aluno de uma série para a outra, de forma sequencial conforme regimento de cada unidade escolar.

§3º Os estabelecimentos que utilizam a progressão regular por série podem adotar, no Ensino Fundamental, o regime de progressão continuada, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar e sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

DA AVALIAÇÃO

Art.52º A avaliação do processo de ensino-aprendizagem, de responsabilidade da escola, será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

Art. 53º A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem por objetivos:

- I - Diagnosticar a situação real da aprendizagem do aluno e registrar seus progressos e suas deficiências;
- II - Possibilitar que os alunos autoavaliem sua aprendizagem;
- III - Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades;
- IV - Fundamentar as decisões do Conselho de Classe, ou órgão semelhante, quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e de recuperação de aprendizagem, de classificação e de reclassificação de alunos;
- V - Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Art. 54º Caberá a cada escola registrar em seu regimento a sistemática de avaliação de rendimento do educando, a partir das normatizações estabelecidas pelo sistema municipal de ensino, com escala de notas (0,0 a 10,0) para expressar os resultados do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os quatro ciclos da EJA, registrado no sistema informatizado da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. Fica facultado às escolas da rede privada do Sistema de Ensino de Congo, adotar seu modelo de registro de avaliação de rendimento escolar, devendo está contemplado no Regimento Escolar e colocado para apreciação e autorização do CME.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

Art. 55º A avaliação do aproveitamento far-se-á com atribuição de notas a cada exercício escolar realizado, envolvendo testes objetivos, tarefas escritas e/ou orais, trabalhos em grupo e/ou individuais, além de outros instrumentos que se fizerem oportunos, necessários e possíveis.

Parágrafo único. Os instrumentos de avaliação, necessariamente adequados à natureza da matéria e o seu tratamento metodológico, deverão ser elaborados pelo professor, de acordo com a orientação pedagógica da escola.

Art. 56º No cálculo de qualquer média, a primeira casa decimal será sempre arredondada para mais, quando a segunda casa decimal for igual ou superior a 05 (cinco) e, desprezada, quando esta for inferior a 05 (cinco).

Art. 57º A Secretaria da escola fará o cômputo das notas de cada disciplina ou atividade correspondentes aos quatro bimestres, calculando a média e sintetizando os resultados nos termos aprovado ou reprovado.

§1º Será considerado aprovado em cada componente curricular o aluno que alcançar, no mínimo, a média aritmética para tanto estabelecida no Regimento Escolar, como resultado dos quatro bimestres.

§2º O aluno que não alcançar a média aritmética mínima estabelecida regimentalmente submeter-se-á à prova final no componente curricular respectivo.

§3º A prova final de que trata o parágrafo anterior versará sobre os conteúdos programáticos em que o aluno tenha demonstrado deficiências e será realizada após estudos de recuperação proporcionados após o término do ano letivo.

§4º Sendo submetido à prova final, será considerado aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, no componente curricular, a média estabelecida no Regimento.

§5º A média final é obtida através da média aritmética entre os resultados da média aritmética dos 04 (quatro) bimestres e a nota da prova final.

§6º O aluno que não atingir a média aritmética de que trata o parágrafo anterior estará reprovado.

DA RECUPERAÇÃO

Art. 58º A recuperação é um processo inerente ao desenvolvimento da aprendizagem, que visa a corrigir as deficiências nela evidenciadas.

Parágrafo único. Os estudos de recuperação, ao longo do ano letivo, terão caráter contínuo, desenvolvendo-se simultaneamente à programação normal de atividades, a fim de possibilitar ao aluno e ao professor removerem as dificuldades surgidas no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 59º Entendem-se os estudos de recuperação como processos didático-pedagógicos continuados em que a Unidade de Ensino propicia a seus discentes, com baixo rendimento escolar, a oportunidade de suprir as deficiências evidenciadas pelos instrumentos de verificação, para o alcance dos objetivos estabelecidos curricular e programaticamente.

Parágrafo único. A recuperação, enquanto processo, deverá ser contínua, não podendo ser realizada com caráter episódico de simples oportunidade de o aluno se submeter à nova verificação de aprendizagem.

Art. 60º O planejamento dos estudos de recuperação deve prever, para seu êxito, a provisão de meios pela escola, a adoção de estratégias pelos professores e a coparticipação dos alunos e pais ou responsáveis.

§1º Aos alunos do Ensino Fundamental serão oferecidos estudos de recuperação, de forma contínua, no decorrer de cada bimestre.

§2º A verificação de aprendizagem, a ser feita após os estudos de recuperação em um componente curricular, deverá ocorrer, no mínimo, dez dias depois da divulgação do resultado da verificação anterior.

§3º Os estudos de recuperação deverão, preferencialmente, ser oferecidos em turno diverso daquele em que o aluno frequenta, regularmente, o estabelecimento de ensino.

Art. 61º Os regimentos escolares determinarão os procedimentos de atribuição de notas a serem adotados para os alunos submetidos a estudos de recuperação.

Parágrafo único. Se o resultado alcançado pelo aluno, nos procedimentos de que trata este artigo, for inferior às notas anteriormente obtidas, persistirão as notas já existentes.

Art. 62º A escola poderá oferecer, nos termos do seu regimento, depois de concluído o ano ou período letivo, outras oportunidades de aprendizagem e de sua verificação aos alunos que permanecerem com dificuldades.

Art. 64º Submeter-se-ão aos estudos de recuperação o aluno que após cada exercício de avaliação, apresentar resultados inferiores à nota mínima estabelecida no Regimento para aprovação.

Art. 65º Às avaliações dos estudos de recuperação serão atribuídas notas para efeito de cálculo de média do bimestre.

§1º Em nenhuma hipótese poder-se-á calcular, como nota bimestral de um componente curricular, média obtida entre a nota regular do bimestre e a nota dos estudos de recuperação.

§2º Para o componente curricular deverá prevalecer a nota mais alta, entre a nota regular do bimestre e a nota dos estudos de recuperação.

DA FREQUÊNCIA E DA COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Art. 66º Na Educação Infantil o controle de frequência fica a cargo da unidade de ensino da educação pré-escolar, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas de letivas, porém sem objetivo de promoção;

Art. 67º No Ensino Fundamental, o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu Regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigido a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento do total de horas letivas para aprovação;

Art. 68º Os casos omissos ou duvidosos serão submetidos ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 69º A escola deverá fazer o controle sistemático da frequência do aluno às atividades escolares através da ficha individual do aluno e informar aos pais/responsáveis os casos de alunos faltosos e as respectivas consequências. Para atendimento de sua função social, a direção das escolas deverá informar ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar da Infância e da Adolescência a situação de alunos faltosos, quando necessário.

Parágrafo Único. As diretrizes operacionais do plano complementar de ensino devem estar previstas no Regimento Escolar e no Projeto Político- pedagógico da escola.

DOS DOCUMENTOS ESCOLARES

Art. 70º Compete à Unidade de Ensino expedir históricos escolares, declaração de conclusão de série/ano e certificados de conclusão.

Parágrafo único. Essa competência é atribuída, no Sistema Municipal de Ensino, tanto à Unidade de Ensino reconhecida, quanto as que funcionem em regime de autorização de funcionamento.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE ABRIL DE 2021

Art. 71º A unidade escolar deve registrar em livro próprio, numerado e sem rasuras, a expedição dos documentos acima referidos.

Art. 72º Os documentos escolares expedidos não devem conter rasura e devem ser assinados pelo diretor e pelo secretário da unidade escolar, atribuição indelegável a outrem.

Art. 73º O registro das ocorrências peculiares à vida escolar do aluno deverá constar nos espaços destinados às observações.

D O T R A T A M E N T O E S P E C I A L

Art. 74º São considerados merecedores de tratamento especial, em termos de trabalhos de avaliação e recuperação, os alunos, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinados distúrbios agudos ou adquiridos, caracterizados por:

- I - Incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;
- II - Ocorrência isolada ou esporádica;
- III - Duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em caso de: síndromes hemorrágicas como a hemofilia, asma, cardite, pericardite, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas e outras, a critério médico.

Parágrafo único. Atribuir-se-ão a esses estudantes, como compensação de ausência às aulas, exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, compatíveis com seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 75º O regime de exceção estabelecido no artigo anterior, dependerá de laudo médico.

Art. 76º A partir do oitavo mês de gestação, e durante três meses, a estudante ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, podendo credenciar representantes para recebê-los e/ou devolvê-los durante tal período.

Art. 77º Em casos excepcionais, devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Fica assegurado a estudantes em estado de gravidez, de que trata o caput deste artigo, o direito à prestação dos exames finais.

Art. 78º Será de competência do diretor do estabelecimento a autorização do regime de exceção.

D A T R A N S F E R Ê N C I A

Art. 79º A transferência de aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pela Base Nacional Comum fixada legalmente.

Art. 80º A transferência poderá ocorrer em qualquer fase do ano letivo, quando subsistam razões que a justifiquem, a critério da administração da escola ou, em grau de recurso, do CME.

Art. 81º O aluno dependendo de estudos de recuperação deverá completá-los no estabelecimento de origem, somente sendo permitida sua transferência depois de concluída a recuperação.

Art. 82º Ocorrendo à transferência depois de concluído o ano letivo, da guia de transferência constará o seguinte:

I - Histórico escolar, contendo os dados pessoais do (a) estudante e as

notas dos componentes curriculares;

II - Os conceitos encontrados no sistema saber, da rede estadual de ensino, serão transformados em notas no momento de transcrição para o sistema próprio informatizado do Sistema Municipal de Ensino de Congo-PB.

Art. 83º No caso de transferência durante o ano letivo, além dos documentos referidos no artigo anterior, deverá a escola informar a programação já desenvolvida pelo aluno nos diversos componentes curriculares, as respectivas cargas horárias e o percentual de frequência obtido.

Art. 84º Tratando-se de aluno transferido para outra localidade, e dependendo de recuperação, a escola evidenciará as deficiências do aluno, para que se processe a recuperação na escola de destino.

Art. 85º A avaliação do aluno transferido no decorrer do ano letivo far-se-á no estabelecimento de destino, segundo suas normas, considerando-se como acabada a avaliação procedida na escola de origem, exceto no caso de recuperação declarada na transferência.

Art. 86º Ao receber o aluno transferido de outro sistema de ensino, o estabelecimento exigirá que seu histórico esteja visado pelo órgão competente de cada sistema e, caso isso não ocorra, terá o estabelecimento o prazo de 60 dias para diligenciar no sentido de obter o necessário visto.

D A S D I S P O S I Ç Õ E S G E R A I S E T R A N S I T Ó R I A S

Art. 87º Quaisquer alterações introduzidas nos regimentos escolares só passarão a vigorar no período letivo subsequente ao de sua aprovação, salvo os dispositivos autoaplicáveis da LDB.

Art. 88º As Unidades de Ensino autorizadas ou reconhecidas deverão adaptar/atualizar seus Regimentos Escolares e elaborar os respectivos PPP, conforme disposições da Lei 9.394/96 e normas complementares, apresentando-os, para exame e aprovação pelo CME.

Art. 89º As creches e pré-escolas já existentes, ou as que venham a ser criadas, deverão integrar-se ao respectivo sistema de ensino, nos termos do art. 89 da Lei 9.394/96.

Art. 90º O CME adaptará, oportunamente, outras normas educacionais e de ensino às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 91º Casos especiais, não contemplados na presente Resolução, bem como os casos omissos, deverão ser submetidos ao Conselho Municipal de Educação, para análise e deliberação.

Art. 92 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 93º Revogam-se as Resoluções do CME que tratam dos tópicos abordados nesta Resolução, bem como as demais disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho Municipal de Educação, de abril de 2021.